

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A).

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR LUIS CARLOS TURATTO – PREFEITO DO
MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS - ESTADO DO PARANÁ.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 195/2022

INDÚSTRIA E COMÉRCIO MUT PNEUS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 58.619.644/0001-42, com sede sito á Avenida Dr. Pedro Bentivóglgio Filho nº 30, Distrito Industrial, CEP 16.902-170 – ANDRADINA-SP – Fone (18) 3722-4671, email: mutpneus@terra.com.br, por intermédio de seu Representante Legal **MARCIO ANTÔNIO TOZZI**, portador do CPF nº 085.220.168-01 e do RG nº 18.506.183 SSP/SP, domiciliado a Rua Mato Grosso, 530, Andradina-SP, vem, com o respeito e acatamento devidos a presença de Vossa Excelência, tempestivamente apresentar **IMPUGNAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 195/2022**, pelas razões de fato e de direito que abaixo segue:

**MARCIO ANTONIO
TOZZI:08522016801**

Assinado de forma digital por MARCIO
ANTONIO TOZZI:08522016801
Dados: 2023.01.12 13:49:12 -03'00'

DOS FATOS E FUNDAMENTOS:

O município de DOIS VIZINHOS instaurou Pregão Eletrônico para Registro de Preço objetivando a futura e eventual aquisição de pneus, câmaras e protetores, além dos serviços de recapagem, vulcanização, consertos, montagem/desmontagem de pneus da frota municipal.

Ocorre que, ao analisar o instrumento convocatório, deparamos com exigência restritiva e que não faz parte do rol de documentos relacionados a qualificação técnica, frustrando o caráter competitivo, vejamos:

14.6.5. Documentação Complementar:

...

b) A empresa declarada vencedora dos itens de SERVIÇOS, deverá apresentar no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços: **Alvará de Funcionamento com localização dentro dos limites do Município de Dois Vizinhos.** (g.n.)

...

A citada exigência é expressamente vedada pela Lei 8666/93, vejamos:

Art. 3º ...

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, **incluir** ou tolerar, **nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, **da sede ou domicílio dos licitantes** ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no [art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#);

...

MARCIO ANTONIO
TOZZI:08522016801

Assinado de forma digital por
MARCIO ANTONIO
TOZZI:08522016801
Dados: 2023.01.12 13:49:36 -03'00'

A exigência de Alvará de funcionamento com localização dos limites do município de DOIS VIZINHOS, viola o princípio da igualdade porque restringe a participação de várias empresas que cumprem a legislação em vigor, favorecendo por sua vez poucas empresas ou, quiçá, apenas uma empresa que atue no local, maculando o processo licitatório.

Acreditamos na serenidade dos Servidores Públicos que estão conduzindo o presente certame, e acreditamos que não houve má fé, e sim somente um equívoco que certamente será sanado com a exclusão da citada exigência.

Há, portanto, que se corrigir o dito edital, retirando-se a citada limitação, sob pena de nulidade do certame, conforme as razões de fato e de direito expostas nesta impugnação ao edital.

Inclusive é importante salientar que o Alvará de funcionamento tão somente autoriza localização e funcionamento, não constando do rol de documentos descritos nos artigos 27 a 31 da Lei 8666/93:

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

- I - habilitação jurídica;
- II - qualificação técnica;
- III - qualificação econômico-financeira;
- IV – regularidade fiscal e trabalhista;
- ...

O rol dos artigos 27 a 31 é taxativo, ou seja, não admite que a autoridade amplie suas exigências, sendo vedado incluir no edital documento que não faz parte do rol.

Sendo assim, exigir o alvará de funcionamento com localização dos limites do município de Dois Vizinhos, como condição de

habilitação da licitante implica na imposição de cláusula ou condição que importe em frustração do caráter competitivo do certame.

Portanto, conforme demonstrado, a Lei nº 8666/93 veda a existência de qualquer cláusula ou condição que frustre o caráter competitivo.

Dessa forma, para que haja a devida competitividade, ampliando o universo de participantes, **REQUEREMOS** que seja julgada **PROCEDENTE** a presente impugnação, determinando a exclusão da exigência de **Alvará de funcionamento com localização dos limites do município de DOIS VIZINHOS.**

Desde já, informamos que eventual improcedência da presente impugnação, representaremos junto ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado.

Termos em que, pede e aguarda deferimento.

Andradina-SP, 12 de janeiro de 2023.

MARCIO ANTONIO

TOZZI:08522016801

INDÚSTRIA E COMÉRCIO MUT PNEUS LTDA EPP

Assinado de forma digital por
MARCIO ANTONIO

TOZZI:08522016801

Dados: 2023.01.12 13:50:11 -03'00'